

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – FACE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS – CCA
PESQUISA EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EVIDENCIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
POR BANCOS BRASILEIROS À LUZ DA CIRCULAR BACEN
Nº 3.678 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013

TAÍS RIZZOTTO DOS SANTOS

BRASÍLIA - DF
2016

TAÍS RIZZOTTO DOS SANTOS

**EVIDENCIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
POR BANCOS BRASILEIROS À LUZ DA CIRCULAR BACEN
Nº 3.678 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso **Graduação em Ciências
Contábeis** da Universidade de Brasília, em
cumprimento à exigência para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. MSc. Rildo e Silva

**BRASÍLIA - DF
2016**

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto de Goes Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues
Coordenadora do Curso de Graduação em Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador do Curso de Graduação em Ciências Contábeis – Noturno

*Ao meu esposo João Carlos, por todo o amor
e dedicação.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Rildo e Silva, por toda a paciência e compreensão que se fizeram necessárias durante a elaboração desta pesquisa, e pela dedicação e cuidado em me orientar da melhor forma para a conclusão deste trabalho.

À minha família e amigos, pelo apoio nas dificuldades e pela compreensão nas ausências, e por sempre torcerem pelo meu sucesso.

Em especial, ao meu esposo João, pelo companheirismo e carinho em todos os momentos de nossa vida, por estar sempre ao meu lado nos momentos difíceis e por ser o suporte essencial para realização dessa conquista.

Agradeço a todos que colaboraram de alguma forma para a realização dessa tarefa.

*“Livros não mudam o mundo,
quem muda o mundo são as pessoas.
Os livros só mudam as pessoas.”*
(Mário Quintana)

RESUMO

Visando proteger o sistema financeiro de uma excessiva alavancagem dos bancos, foram criadas medidas de gerenciamento de riscos pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Este estudo teve como objetivo geral responder a seguinte indagação: qual a adequação do nível de divulgação dos bancos brasileiros sobre as participações societárias em relação aos requisitos estabelecidos no adendo ao Acordo de Basileia II, Pilar 3 Requerimentos de Evidenciação emitido em julho de 2011 e na Circular Bacen nº 3.678 de 31 de outubro de 2013? A pergunta se o nível de divulgação das instituições financeiras sobre as participações societárias atende às exigências descritas foi refutada, pois os resultados obtidos, referentes a 30 de junho de 2016, mostram que nenhuma instituição da amostra dos 20 maiores bancos em ativos evidencia todos os itens exigidos, em uma população de 133 instituições financeiras. O melhor índice encontrado foi de 84,6% pelo Banco Votorantim, contendo na amostra seis bancos com índice de divulgação igual a zero. Assim, concluiu-se que ainda há um longo caminho a percorrer no processo de transparência dos bancos brasileiros.

Palavras-chave: Basileia II, Pilar 3, divulgação, risco, participações societárias

ABSTRACT

In order to protect the financial system from excessive leverage of banks, risk management measures were created by the Basel Committee on Banking Supervision. This study has been realized to answer this question: what is the adherence level of Brazilian banks with Basel II, Pillar 3 disclosure requirements of July 2011 and brought by Brazilian Central Bank circular 3,678 of October 31, 2013? The question if the disclosure level comply with the requirements about subsidiaries and associated companies was refuted, because the results of study, reference to June 30, 2016, show there is no Brazilian bank from the sample of 20 larger banks in assets has attended the required disclosure level, in a population of 133 financial institutions. The best qualified bank was Banco Votorantim with 84,6% level and there is six banks in sample with disclosure level equal to zero. Therefore, a long way ahead in transparency process for Brazilian banks.

Key-words: Basel II, Pillar 3, disclosure, risk, subsidiaries, associated companies

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	<i>Check list</i> dos itens requeridos	21
Tabela 1	Instituições Financeiras (20 maiores ativos)	22
Tabela 2	Percentual de divulgação por item conforme Apêndice A	24
Tabela 3	Percentual de divulgação por item do Apêndice A, segregado pelo porte	26
Tabela 4	Percentual de divulgação por instituição financeira constante na Tabela 1 (exceto instituição excluída)	26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1.1 Contextualização	09
1.2 Justificativa.....	11
1.3 Pergunta da pesquisa	12
1.4 Objetivos	12
1.4.1 Objetivo geral	12
1.4.2 Objetivo secundário.....	12
1.5 Estrutura do trabalho	12
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1 Os Acordos de Basileia.....	14
2.2 O Pilar 3 do Acordo de Basileia II	17
2.3 A regulamentação no Brasil	17
2.4 Pesquisas feitas sobre evidenciação de bancos brasileiros.....	18
2.5 As participações societárias dos bancos objeto de análise	20
3. METODOLOGIA.....	20
3.1 Método de pesquisa	20
3.2 Amostra	22
3.3 Limitações da pesquisa.....	23
4. APURAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	24
4.1 Análise do grau de evidenciação	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS	29
APENDICE A – INFORMAÇÕES REQUERIDAS - POR INSTITUIÇÃO.....	32

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O ambiente financeiro mundial passou por mudanças significativas nas últimas décadas, em decorrência, principalmente, da maior integração entre os mercados econômicos. Essas mudanças impactaram fortemente o mercado financeiro, gerando a necessidade de novas regulamentações, pois os riscos da atividade financeira tornaram-se mais dinâmicos e complexos.

Diante desse contexto, surgiram os Acordos de Basileia, na tentativa de ajudar os bancos a mitigarem seus riscos e de gerar requisitos mínimos de capital que pudessem ser aplicados às instituições financeiras internacionalmente.

Os Acordos de Basileia¹, coordenados pelo *Bank for International Settlements* (BIS)², com sede na cidade de Basileia, na Suíça, foram firmados por vários bancos centrais do mundo com o intuito de criar exigências mínimas de capital para as instituições financeiras se prevenirem quanto aos riscos sistêmicos. O responsável pela publicação e organização dos Acordos é o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (CSBB)³.

O primeiro acordo (Basileia I) foi nomeado de *International Convergence Measurement and Capital Standards*, e instituído em 1988, num contexto político mundial conturbado e num cenário econômico de expansão do mercado financeiro.

O Basileia I tinha como objetivo principal criar exigências mínimas de capital para os bancos comerciais, de forma a mitigar o risco de crédito; e estabelecer mecanismos de mensuração desse risco (SOARES, 2011).

Mesmo com a inclusão da emenda sobre o risco de mercado no Acordo em 1996, o esforço do CSBB de regulamentação das coberturas de capital e de estabelecer novos padrões de supervisão bancária não foi suficiente para impedir os problemas advindos do tratamento similar para riscos de crédito tão diferentes entre os bancos.

Conforme atribuições definidas na Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964 as instituições financeiras no Brasil devem obedecer às normas emitidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), inclusive as relativas à contabilidade e exigência de capital.

¹ Os Acordos de Basileia objetivam o fortalecimento da capacidade de solvência dos bancos e a redução do risco sistêmico, por meio da melhor qualidade dos ativos que compõem o capital das instituições financeiras.

² O BIS, Banco de Compensações Internacionais, foi fundado em 1930 e busca promover a cooperação entre os bancos centrais no mundo.

³ O CSBB, originalmente nomeado de *Basel Committee on Banking Supervision*, composto por autoridades de supervisão bancária, que visa fortalecer a solidez do sistema financeiro.

No Brasil, antes do Acordo de Basileia I, a exigência de capital das instituições financeiras se balizava no limite de endividamento e limite de imobilização.

Ao passar dos anos, notou-se que o risco inerente à atividade financeira não estava relacionado ao passivo (estrutura de capital, conforme previa o limite de endividamento), ou alavancagem financeira, mas se os ativos poderiam fazer frente aos passivos, ou seja, se os ativos seriam ou não realizáveis pelos valores contabilizados (risco).

Assim, o Bacen, seguindo a tendência internacional de Basileia I, emitiu em 17 de agosto de 1994 a Resolução nº 2.099, exigindo que as instituições financeiras detivessem um montante de patrimônio líquido para fazer frente aos ativos ponderados pelo risco.

Com o decorrer do tempo e os problemas de alavancagem de alguns bancos, notou-se que o simples fato de considerar o risco dos ativos frente aos passivos não seria suficiente para exigir determinado montante de capital, pois as instituições financeiras estão sujeitas a diversos tipos de riscos: mercado, taxa de juros, liquidez, operacional, de investimento em participações societárias, entre outros.

Em 2004, foi instituído o Acordo de Basileia II (*International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards – a revised framework*), com o objetivo de reforçar a regulamentação de capital, de forma a reduzir a desigualdade competitiva entre os bancos internacionais, além de fortalecer e estabilizar o sistema bancário internacional.

O Basileia II teve sua estrutura regulatória fundamentada em três pilares:

- Pilar 1: requerimentos de capital mínimo para os riscos de crédito, mercado e operacional;
- Pilar 2: fortalecimento da supervisão bancária, abordagem de riscos residuais e melhor monitoramento da avaliação integral dos riscos; e
- Pilar 3: disciplina de mercado, aumento da transparência e obrigatoriedade de divulgação de informações.

Em dezembro de 2010, o CSBB divulgou o Acordo de Basileia III, por meio de dois documentos: *Basel III: a global regulatory framework for more resilient banks and banking systems* e *Basel III: international framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*.

Nesse sentido, Basileia III visa ao aperfeiçoamento da capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, reduzindo o risco de transferência de crises financeiras para a economia real (BACEN, 2016c).

As mudanças impostas pelo novo acordo afetaram, principalmente, a estrutura de capital das instituições financeiras, com cronograma de implementação até 2019, não afetando as exigências do Basileia II, em análise nesse trabalho.

Embora já estejam vigentes as exigências de Basileia III, ainda vige a necessidade de transparência de divulgação de informações, principalmente devido às alterações na Lei nº 6.404/1976, a partir de 2007, quando foi sancionada a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que apresentou mudanças significativas na elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

No Brasil, a publicação desses requisitos foram exigidos pelo Bacen por meio da Circular Bacen nº 3.678 de 31 de outubro de 2013, que entrou em vigor em 30 de junho de 2014.

A grave crise econômica mundial iniciada nos Estados Unidos em 2007 levou à necessidade de revisão das exigências do Basileia II.

Sobre essa crise, BACEN (2016c) apresenta:

A crise financeira mundial iniciada em 2007 nos Estados Unidos assinalou que os Acordos de Basileia I e II mostraram-se insuficientes para impedir a alavancagem excessiva dos bancos, a qual aliada à baixa qualidade do capital e à baixa margem de liquidez compunha o cenário de fragilidade do sistema bancário.

Diante do abalo econômico mundial que a crise norte-americana causou no mercado financeiro, devido à “insuficiência de instrumentos financeiros criados para financiar o crescimento dos empréstimos hipotecários” (EVANS, 2011), os órgãos reguladores internacionais perceberam a urgente necessidade de emissão de novas normas para as instituições financeiras, visando a redução do risco sistêmico, a alavancagem excessiva dos bancos, a melhora na qualidade do capital, entre outros objetivos.

1.2 Justificativa

A justificativa do tema escolhido se dá pela relevância da gestão de riscos no ambiente financeiro e pela importância das participações societárias nos conglomerados bancários que atuam no Brasil. O atendimento às exigências normativas acerca das participações societárias auxilia nas decisões de investimento, ao se ter uma visão mais ampla das partes da empresa e seus mercados de atuação.

1.3 Pergunta da pesquisa

Considerando o trabalho de Dantas, et al (2010), que investigaram as determinantes sobre o grau de evidenciação de bancos brasileiros quanto ao risco de crédito, e considerada a relevância dos investimentos em coligadas e controladas nas instituições financeiras, esse trabalho visa responder a seguinte indagação:

- Qual a adequação da divulgação dos bancos brasileiros sobre as participações societárias em relação aos requisitos estabelecidos no adendo ao Acordo de Basileia II, *Pillar 3 disclosure requirements* emitido em julho de 2011 e na Circular Bacen nº 3.678 de 31 de outubro de 2013?

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

O objetivo geral é verificar a adequação de divulgação dos bancos brasileiros sobre as participações societárias em relação aos requisitos estabelecidos no adendo ao Acordo de Basileia II, *Pillar 3 disclosure requirements* emitido em julho de 2011 e na Circular Bacen nº 3.678 de 31 de outubro de 2013.

1.4.2 Objetivo secundário

Como complemento ao objetivo principal, desenvolveu-se o objetivo secundário de averiguar se o porte das instituições financeiras influencia o nível de divulgação sobre o tema.

1.5 Estrutura do trabalho

Este trabalho está dividido em cinco partes:

a) Introdução: contextualização do tema; justificativa de estudo do tema e definição de objetivos.

b) Referencial Teórico: apresentação da revisão bibliográfica sobre o tema, que aborda o histórico dos Acordos de Basileia, os requisitos do Pilar 3 do Acordo de Basileia II e as pesquisas feitas sobre a evidenciação no sistema bancário brasileiro.

c) Metodologia: levantamento da hipótese de pesquisa, descrição da metodologia utilizada no estudo realizado.

d) Resultados: apresentação dos dados coletados sobre as instituições analisadas e as variáveis envolvidas,

e) Análise: análise dos resultados levantados, referenciando a pesquisa bibliográfica realizada.

f) Conclusão: conclusões e considerações finais.

Ao final, são apresentadas as referências bibliográficas e apêndice.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Os Acordos de Basileia

O aumento da complexidade dos riscos inerentes à atividade financeira tornou necessária adoção de uma série de regulamentos para o setor bancário, visando proteger tempestivamente os bancos de uma crise sistêmica.

A preocupação com a multiplicação monetária⁴ feita pelos bancos e seu impacto na economia é antiga. O BIS, criado em 1930, na Convenção Internacional de Haia⁵, é considerado a mais antiga instituição financeira internacional.

Conforme dados históricos do BIS (1998)⁶, sua função é de ajudar os bancos centrais na busca da estabilidade financeira e monetária; promover a cooperação internacional no ramo financeiro; e atuar como um banco para os bancos centrais.

Os períodos das maiores crises econômicas em nível mundial têm geralmente ligação com a necessidade de instituição ou aprimoramento da regulação bancária e, principalmente, da mensuração dos riscos inerentes à atividade bancária, devido à grande relevância do setor financeiro na economia.

Após a criação do BIS durante a crise de 1929⁷, foi instituído, em 1975, o Comitê de Basileia (CSBB), ligado ao BIS, devido à instabilidade financeira causada pelo colapso do Sistema Bretton Woods⁸.

Para Bacen (2016c), o CSBB é um fórum mundial para discussão e cooperação sobre a regulação bancária e seu objetivo consiste em reforçar a regulação, a supervisão e as melhores práticas no mercado financeiro.

O primeiro acordo de capital do CSBB, o Basileia I, foi emitido em 1988, período em que aconteciam diversos conflitos armados pelo mundo e a informática ganhava espaço no mercado, como instrumento de transformação das relações sociais, econômicas e financeiras.

Nesse contexto, o acordo de Basileia I tinha como objetivo principal reforçar a estabilidade financeira e regulamentar a adequação do capital mínimo para os bancos, de forma a mitigar o risco de crédito.

⁴ Refere-se ao processo que permite aos bancos multiplicar o dinheiro, partindo de uma quantidade de dinheiro inicial. Isso se deve ao fato de os bancos só serem obrigados a manter em suas reservas um nível mínimo de dinheiro determinado por cada banco central.

⁵ Convenção realizada em 20 de janeiro de 1930, na cidade de Haia, na Holanda, onde institui-se o BIS.

⁶ Disponível em < <http://www.bis.org/about/history.htm?m=1%7C4%7C445>>; acessado em 02.11.2016.

⁷ Conhecida como a Grande Depressão, foi o período de maior recessão econômica do século XX, desencadeada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

⁸ Conforme Oliveira, Maia e Mariano (2008), foi o sistema formado pelos acordos que levaram o dólar a desempenhar a função de moeda central do sistema financeiro, institucionalizado o padrão dólar-ouro.

Seus três pontos focais eram:

- 1) Capital regulatório;
- 2) Capital mínimo para cobertura do risco de crédito; e
- 3) Fatores de ponderação de risco dos ativos.

O capital regulatório foi dividido em dois níveis:

- a) Capital Nível 1 ou Tier 1: representa o capital básico, é composto pelas ações ordinárias e preferenciais não cumulativas e os lucros retidos;
- b) Capital Nível 2 ou Tier 2: representa o capital complementar, é composto por reservas de reavaliação, reservas não declaradas, provisões gerais, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital. Os elementos que compõem o Capital Nível 2 podem ou não ser inseridos no montante de capital para cobertura dos riscos, conforme a regulamentação do país de origem de cada instituição financeira.

Os mecanismos de mensuração do risco de crédito e os requisitos mínimos para cobertura do risco de crédito estabelecidos pelo Basileia I destinam-se a avaliar a adequação do capital e ponderar cada categoria de ativos conforme sua taxa de risco, sendo utilizadas cinco categorias de ponderação de risco, com os ativos classificados por faixas de risco 0%, risco de 0% a 50%, risco de 20%, risco de 50% e risco de 100%.

O Índice de Basileia ou Índice Mínimo de Capital para Cobertura do Risco de Crédito foi estabelecido como o quociente entre o capital regulatório e os ativos ponderados pelo risco e possuía o índice mínimo e 8% no Basileia I.

Apesar das exigências de capital estabelecidas pelo Basileia I, em 1996, o Comitê de Basileia publicou uma emenda ao Acordo, incorporando a cobertura dos riscos de mercado ao capital exigido.

[...] Assim, em janeiro de 1996, foi publicado adendo ao Basileia I, chamado de Emenda de Risco de Mercado, cujos aspectos relevantes são:

- Ampliação dos controles sobre riscos incorridos pelos bancos;
- Extensão dos requisitos para a definição do capital mínimo (ou regulatório), incorporando o Risco de Mercado;
- Possibilidade de utilização de modelos internos na mensuração de riscos, desde que aprovados pelo regulador local.

(BANCO DO BRASIL, 2016)

Em 2004, nova revisão do Acordo foi feita pelo BCBS, resultando no Acordo de Basileia II. O objetivo foi de buscar medidas mais precisas dos riscos incorridos pelos bancos.

O novo acordo era direcionado aos grandes bancos, agregando três pilares complementares entre si, aos princípios base estabelecidos (Princípios de Basileia⁹):

- a) Pilar 1: requerimentos mínimos de capital (para risco de crédito, mercado e operacional);
- b) Pilar 2: fortalecimento do processo de supervisão; e
- c) Pilar 3: disciplina de mercado.

O Basileia II deu maior liberdade para os bancos na gestão própria de riscos. Além dos três pilares, apresentou 25 princípios básicos de contabilidade e supervisão bancária, segregados da seguinte forma:

- i. Objetivos, independência, poderes, transparência e cooperação;
- ii. Autorização e estrutura;
- iii. Regulação prudencial e requerimentos;
- iv. Métodos de supervisão bancária contínua;
- v. Contabilidade e divulgação;
- vi. Ações corretivas e poderes formais dos supervisores; e
- vii. Supervisão consolidada e entre países.

Após a crise financeira mundial em 2009 desencadeada pela crise do *subprime*¹⁰ nos EUA, o BCBS realizou alterações nas exigências de capital para o risco de mercado, destacando-se a incorporação do componente relacionado a um período de estresse e as determinações quanto ao apreçamento de instrumentos financeiros não líquidos.

O Acordo de Basileia III entrou em vigor em outubro de 2013, com um calendário de fases de implementação, que só terminará em 2022. Já foram implementados novos padrões para apuração dos requerimentos mínimos de capital e definiu-se uma nova estrutura de capital regulamentar.

Em 2015, visando cobrir insuficiências do Basileia II, o Basileia III introduziu os indicadores de Liquidez de Curto Prazo e Razão de Alavancagem, com o objetivo de aumentar a cobertura aos riscos e reduzir o excesso de alavancagem dos bancos.

Alguns blocos importantes do Acordo ainda serão implementados, dentre eles, destaca-se:

- elaboração do indicador de Liquidez de Longo Prazo;

⁹ Princípios fundamentais que fazem a estrutura de padrões mínimos para práticas sólidas de supervisão, considerados universalmente aplicáveis. (Bacen, 2016c).

¹⁰ O prenúncio da crise mundial deu-se a partir dos vários casos de insolvência de bancos americanos decorrentes do excesso de concessão de empréstimos hipotecários de alto risco.

- implementação do arcabouço teórico sobre o risco de mercado para carteira negociável de títulos;
- reforma de longo prazo da regulação bancária;
- padronização de leiaute das divulgações referentes ao Pilar 3.

2.2 O Pilar 3 do Acordo de Basileia II

Com o intuito de aumentar a transparência das instituições financeiras, o BCBS emitiu o Pilar 3 do Acordo de Basileia II:

[...] emitido pelo Comitê de Basileia em julho de 2011, como um adendo do Acordo de Basileia II – *Enhancements to the Basel II framework* – emitido em julho de 2009, sobre seu 3º pilar traduzido como “Disciplina de Mercado”, no qual orientava sobre o *disclosure* em instituições financeiras. Esse adendo previa que os bancos adeririam totalmente aos seus parâmetros até 01 de janeiro de 2012.
(SOARES, 2011)

As principais finalidades do documento Pilar 3 – Disciplina do Mercado são a redução da falta de padronização entre as instituições financeiras; o aumento do nível de transparência, permitindo uma melhor comparação entre as instituições financeiras; e estabelecimento de critérios de divulgação de informações considerando metodologias internas e padronizadas.

Acerca da transparência sobre a situação financeira e a solvabilidade advinda do Pilar Disciplina de Mercado, Borges (2010) afirma:

“Tal prática de transparência de gestão é importante para a redução dos riscos de uma instituição e de todo o sistema financeiro, principalmente para as instituições de capital fechado e familiar que tem bastante presença no Brasil”.

Doornik et al (2007) apud Dantas et al (2010) consideram o Pilar 3 como a etapa mais avançada da redução de riscos no sistema financeiro, mesmo considerando a dificuldade de implantação da cultura de transparência, de forma a garantir a disciplina de mercado sobre as instituições financeiras.

2.3 A regulamentação no Brasil

As determinações dos Acordos de Basileia, emitidas pelo CSBB, não têm caráter legal, pois o Comitê não possui autoridade supranacional. No Brasil, o Sistema Financeiro

Nacional (SFN¹¹) é o organismo responsável pela regulamentação e emissão de normas do setor financeiro.

Conforme art. 192 da Constituição Federal do Brasil de 1988:

[...] O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

O SFN adotou as orientações dos Acordos de Basileia, estabelecendo cronograma de implementação gradual das diretrizes, permitindo aos bancos brasileiros que se programassem com antecedência para a adequação gradativa às novas regras.

O ambiente bancário brasileiro sempre teve forte regulamentação diante da predominância de capital nacional por muitas décadas. Segundo FRANCISCO (2009) apud SOARES (2011) a história mostra que a maioria das falências bancárias esteve relacionada a empréstimos bancários alicerçados em critérios políticos, sendo isso verdade tanto no Brasil quanto no exterior.

A adoção das exigências do CSBB foi feita pelo Bacen por meio da Circular Bacen nº 3.678 de 31 de outubro de 2013, que “dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR)” (BACEN, 2013).

Em 26 de janeiro de 2016, foi divulgada a Circular Bacen nº 3.784, alterando o anexo 1 da Circular Bacen nº 3.678 que refere-se à informações sobre a adequação do PR e a composição do PR, não alterando as exigências de divulgação quanto às participações societárias das instituições financeiras abrangidas pelos referidos normativos.

2.4 Pesquisas feitas sobre evidenciação de bancos brasileiros

Conforme apresentado por Verrecchia (2001) apud Dantas et al (2010) a teoria da divulgação é baseada em três dimensões: associação, julgamento e eficiência. Baseia-se em associação, na medida em que investiga a relação dos usuários das informações e as decisões por eles tomadas. Em julgamento, quando procura identificar como os usuários tomam decisões e as empresas decidem divulgar ou não determinada informação. Por último, está

¹¹ Conjunto de instituições que gerem a política monetária do Governo Federal, tem como principais integrantes o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, o Conselho Nacional de Seguros Privados e o Conselho Nacional de Previdência Complementar.

baseada em eficiência ao verificar quais configurações de informações de divulgação são preferidas.

A transparência por parte das instituições financeiras é entendida como a divulgação pública de informação segura e tempestiva que possibilite ao usuário avaliar a condição financeira, o desempenho nos negócios, o perfil de risco e as práticas de gerenciamento de risco.
(BCBS, 1998).

Doornik et al (2007) apud Dantas et al (2010) defenderam que o Pilar 3 seria o estágio mais avançado para a redução dos riscos no sistema financeiro, mesmo considerando a dificuldade de implantação da cultura de disciplina de mercado e transparência de informações pelos bancos.

Um exemplo que ilustra a importância da transparência e da regulamentação para o adequado funcionamento do sistema financeiro é o fato de que em reunião realizada em 2009, ao realizar um diagnóstico da crise financeira vivenciada, o G-20¹² (2009) concluiu que i) a fragilidade do *disclosure* teve um papel significativo na crise; ii) as informações divulgadas não foram suficientes para muitos investidores e outros participantes do mercado; iii) as informações divulgadas nem sempre deixaram claro o tipo e a magnitude dos riscos, incluindo aqueles associados com exposições *off-balance sheet*¹³; iv) as informações divulgadas sobre as exposições a risco de mercado e de crédito, particularmente em relação aos produtos estruturados foram deficientes; v) quando as informações eram divulgadas, não era feito de uma forma facilmente acessível; entre outras questões.
(DANTAS, et al, 2010)

A adequada divulgação de informações aos *stakeholders*¹⁴ é essencial, tendo em vista o impacto que informações equivocadas ou ausentes podem ter no valor e na imagem da empresa.

A importância da evidenciação de informações financeiras de qualidade para os *stakeholders* também foi apresentada no estudo de Macedo e Kelly (2016) sobre gerenciamento de resultados em instituições financeiras:

Muitos autores têm discutido que um grau elevado de competição pode trazer incentivos à publicação de informações contábeis de maior qualidade, funcionando como disciplinador do comportamento oportunístico dos gestores na utilização das escolhas contábeis e gerando assim demonstrações financeiras mais fidedignas em relação à realidade econômica das empresas.
(MACEDO e KELLY, 2016)

¹² Grupo dos 19 países mais desenvolvidos do mundo mais a União Europeia, representados por seus ministros da economia e presidentes dos bancos centrais. Visa debater políticas para o desenvolvimento econômico global sustentável.

¹³ Operações de financiamento registradas fora do balanço, permitindo a gestão da exposição a riscos em casos particulares.

¹⁴ São as partes interessadas na empresa ou negócio.

2.5 As participações societárias dos bancos objeto de análise

Os dez maiores bancos da amostra de 20 instituições, conforme Tabela 1, representam 88,7% do total de ativos do relatório ‘Dados Seleccionados de Entidades Supervisionadas – IF.data’, com data-base de 30 de junho de 2016, onde constam 133 instituições financeiras, disponibilizado pelo Bacen em seu sítio eletrônico.

Essas instituições, à exceção do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), constituem conglomerados, com participações societárias constituídas/adquiridas com objetivos estratégicos ou de relacionamento.

As participações societárias dos conglomerados financeiros atuam, geralmente, em atividades afins ao ramo financeiro, como gestão de recursos, bancos de investimento, administradoras de consórcios e atividades de leasing; e também participações como instituições de meios de pagamento, fundos de investimento, securitizadoras e seguradoras.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio dos documentos disponibilizados ao público pela emissão das próprias instituições financeiras em seus sítios eletrônicos, no espaço dedicado à gestão de riscos, na área de relações com investidores.

Foram apurados os dados dos 20 bancos integrantes da amostra, considerando as informações disponibilizadas ao público, referente a 30 de junho de 2016, tendo por base as fontes seguintes: i) relatório ‘Dados Seleccionados de Entidades Supervisionadas – IF.data’ disponibilizado no sítio do Bacen; e ii) relatórios de Gerenciamento de Riscos do Pilar 3 referentes ao 2º trimestre de 2016, disponíveis no sítio de relações com investidores de cada instituição financeira.

3.1. Método de pesquisa

A metodologia utilizada para a pesquisa desse trabalho foi a coleta de dados no sítio eletrônico de cada instituição financeira, hospedado no Brasil, no campo específico de informações ao público (relações com investidores) e o tratamento dos dados de forma sistemática.

Para responder a pergunta do trabalho, utilizou-se o método comparativo, em que foi montado um *check list* das exigências contidas na Circular Bacen nº 3.678 de 31 de outubro

de 2013, comparando com informações divulgadas no relatórios de Gerenciamento de Riscos do Pilar 3 das instituições selecionadas na amostra.

A base de comparação foi elaborada por meio da distribuição das exigências contidas nos nove incisos que compõem o artigo 14º da Circular Bacen nº 3.678/2013 em treze itens a serem comparados com as divulgações sobre o tema pelas instituições financeiras da amostra, conforme tabela seguinte:

Quadro 1: *Check list* dos itens requeridos

Artigo 14º da Circular Bacen nº 3.678/2013: Devem ser divulgadas as seguintes informações relativas às participações societárias não classificadas na carteira de negociação:	
Item requerido na pesquisa	Inciso correspondente
Descrição sucinta das políticas e metodologias de mensuração do risco do investimento em participações societárias	I - descrição sucinta das políticas e metodologias de mensuração do risco do investimento em participações societárias, incluindo a diferenciação das participações nas quais é esperado ganho de capital e aquelas detidas por razões estratégicas e de relacionamento;
Diferenciação das participações nas quais é esperado ganho de capital e aquelas detidas por razões estratégicas e de relacionamento	
Descrição das políticas de contabilização e de avaliação das participações societárias, incluindo metodologia, premissas e práticas utilizadas na avaliação, bem como explicação acerca de eventuais mudanças significativas nestas políticas	II - descrição das políticas de contabilização e de avaliação das participações societárias, incluindo metodologias, premissas e práticas utilizadas na avaliação, bem como explicação acerca de eventuais mudanças significativas nestas políticas;
Valor contábil das participações societárias	III - valor contábil das participações societárias, bem como o respectivo valor justo, incluindo a comparação, para os títulos negociados em bolsa, com o correspondente preço cotado no mercado quando o preço de mercado for materialmente diferente do valor justo;
Respectivo valor justo das participações societárias	
Comparação, para os títulos negociados em bolsa, com o correspondente preço cotado no mercado quando o preço de mercado for materialmente diferente do valor justo	
Natureza das participações societárias, segmentando as de capital aberto e fechado	IV - natureza das participações societárias, segmentando as de capital aberto e fechado;
Valor do requerimento de capital relativo às participações societárias	V - valor do requerimento de capital relativo às participações societárias, segregado por categorias de participações, segundo critério estabelecido pela própria instituição;
Segregação do capital requerido por categorias de participações, segundo critério estabelecido pela própria instituição	
Valor total, no trimestre, dos ganhos ou perdas decorrentes de venda ou liquidação de participações societárias (a)	VI - valor total, no trimestre, dos ganhos ou perdas decorrentes de venda ou liquidação de participações societárias;
Valor total de ganhos ou perdas não realizados, mas reconhecidos (b)	VII - valor total de ganhos ou perdas não realizados, mas reconhecidos;
Valor total de ganhos ou perdas não realizados e não reconhecidos	VIII - valor total de ganhos ou perdas não realizados e não reconhecidos;
Valores referentes aos itens (a) e (b) considerados na apuração do Capital Principal	IX - valores referentes aos incisos VI e VII considerados na apuração do Capital Principal.

Fonte: criado pela autora a partir da análise da pesquisa

O estudo foi desenvolvido considerando atendido “S” para o cumprimento da evidenciação de todos os componentes de cada item e não atendido “N” para a ausência de *disclosure* sobre um ou mais componentes de cada item, conforme apresentado no Apêndice 1. A classificação não se aplica “n/a” refere-se aos casos em que a instituição financeira não possui participações societárias que se enquadrem nos requisitos ou quando uma ou mais exigência do item não se aplica às participações societárias de determinada instituição.

3.2. Amostra

O critério utilizado para a seleção das instituições financeiras objeto de análise sobre os requisitos de divulgação sobre as participações societárias não classificadas na carteira de negociação, conforme exigido na Circular Bacen nº 3.678/2013, atendendo às exigências do Pilar III do Acordo de Basileia II, foi a seleção dos 20 maiores bancos do país em relação ao total de ativos, segundo dados disponibilizados pelo Bacen em seu sítio eletrônico¹⁵, no relatório ‘Dados Seleccionados de Entidades Supervisionadas – IF.data’, com data-base de 30 de junho de 2016.

A amostra contém 20 instituições financeiras, selecionadas por ordem decrescente de total de ativos, sendo excluído o Banco do Nordeste do Brasil S.A., por não possuir participações societárias em seu organograma referente a 30 de junho de 2016¹⁶. Portanto, a amostra efetivamente analisada possui 19 bancos que atuam no Brasil. As 19 instituições somam R\$ 7,6 trilhões em ativos, representando 93,7% dos ativos totais das 133 instituições financeiras elencadas no relatório-base.

Tabela 1: Instituições Financeiras (20 maiores ativos)

Nº	Instituição Financeira	Nº	Instituição Financeira
1	Banco do Brasil	11	Citibank
2	Itaú	12	Banrisul
3	Caixa Econômica Federal	13	Banco do Nordeste do Brasil
4	Bradesco	14	Credit Suisse
5	BNDES	15	BNP Paribas
6	Santander	16	JP Morgan Chase
7	BTG Pactual	17	Banco Cooperativo Sicredi
8	HSBC	18	Societe Generale
9	Safra	19	Bancoob
10	Votorantim	20	Pan

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Bacen (junho/2016)

¹⁵ Disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/informes/?wicket:interface=:0:1:::>>, acessado em 24/10/2016.

¹⁶ Disponível em <http://www.bnb.gov.br/web/guest/relatorios-de-gestao-de-riscos>, acessado em 29/10/2016.

Constam na amostra os bancos que tiveram seus balancetes processados até 30 de agosto de 2016 pelo Bacen, e referentes aos macro segmentos:

- a) Banco comercial, múltiplo com carteira comercial ou caixa econômica;
- b) Banco múltiplo sem carteira comercial e banco de investimento; e
- c) Banco de desenvolvimento.

3.3. Limitações da pesquisa

A pesquisa foi feita com o objetivo de analisar o nível de divulgação sobre as participações societárias dos bancos selecionados, sob a perspectiva de um investidor comum com acesso a informações públicas, disponibilizadas pelas instituições financeiras em meios de fácil acesso, caracterizados como os próprios *sites* desses bancos.

Ao considerar que os dados não foram obtidos exclusivamente de websites oficiais, algumas informações podem divergir dos arquivos enviados ao Banco Central.

Existe a possibilidade das informações pesquisadas constarem em outro relatório com acesso menos direto aos usuários da informação. Algumas informações exigidas pelo Bacen não constam explicitamente nos relatórios analisados, organizados de forma conjunta, conforme artigo 18º da Circular Bacen nº 3.678/2013.

Como o escopo dessa pesquisa refere-se à evidenciação explícita em relatório único, conforme determinado pelo Bacen, considerou-se apenas as informações requeridas apresentadas explicitamente nos relatórios analisados.

4. APURAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise do grau de evidenciação

Nesse capítulo será feita a análise direta dos resultados obtidos, referenciando a Circular Bacen nº 3.678 de 31 de outubro de 2013. A tabulação detalhada dos dados encontra-se no Apêndice A.

As análises de cada item requerido pelo Bacen foram feitas desconsiderando da amostra as instituições às quais um item não se aplicava, devido à estrutura societária de cada banco, conforme indicação (n/a) no Apêndice A. Portanto, cada item analisado pode ter populações diferentes, dependendo dos itens não aplicáveis à determinada instituição.

Tabela 2: Percentual de divulgação por item conforme Apêndice A

Item requerido pela Circular Bacen nº 3.678/2013	Percentual de divulgação global
Descrição sucinta das políticas e metodologias de mensuração do risco do investimento em participações societárias	31,6%
Diferenciação das participações nas quais é esperado ganho de capital e aquelas detidas por razões estratégicas e de relacionamento	10,5%
Descrição das políticas de contabilização e de avaliação das participações societárias, incluindo metodologia, premissas e práticas utilizadas na avaliação, bem como explicação acerca de eventuais mudanças significativas nestas políticas	68,4%
Valor contábil das participações societárias	63,2%
Respectivo valor justo das participações societárias	26,3%
Comparação, para os títulos negociados em bolsa, com o correspondente preço cotado no mercado quando o preço de mercado for materialmente diferente do valor justo	23,5%
Natureza das participações societárias, segmentando as de capital aberto e fechado	36,8%
Valor do requerimento de capital relativo às participações societárias	36,8%
Segregação do capital requerido por categorias de participações, segundo critério estabelecido pela própria instituição	10,5%
Valor total, no trimestre, dos ganhos ou perdas decorrentes de venda ou liquidação de participações societárias (a)	36,8%
Valor total de ganhos ou perdas não realizados, mas reconhecidos (b)	26,3%
Valor total de ganhos ou perdas não realizados e não reconhecidos	21,1%
Valores referentes aos itens (a) e (b) considerados na apuração do Capital Principal	15,8%

Fonte: criado pela autora a partir da análise da pesquisa

O item mais divulgado pelos bancos da amostra foi o referente à descrição das políticas de contabilização e avaliação das participações societárias, com publicação feita por 68,4% das instituições. O segundo item com maior publicidade é o valor contábil das participações societárias, com 63,2%.

Os itens menos divulgados têm 10,5% de evidenciação entre as instituições, cada um, e referem-se às razões pelas quais a instituição detém a participação societária, se por estratégia ou relacionamento; e à segregação do capital requerido por categorias de participação.

Foi feita uma segregação dos 20 bancos da amostra em dois grupos de 10, o primeiro formado pelos dez maiores bancos em total de ativos e o segundo com os dez menores, conforme o total de ativos apresentado no relatório do Bacen.

Tal segregação permite avaliar, complementarmente ao objetivo deste estudo, se o porte das instituições influencia o nível de evidenciação de informações sobre suas participações societárias.

Tabela 3: Percentual de divulgação por item do Apêndice A, segregado pelo porte

Item requerido pela Circular Bacen nº 3.678/2013	Percentual de divulgação 10 maiores	Percentual de divulgação 10 menores
Descrição sucinta das políticas e metodologias de mensuração do risco do investimento em participações societárias	60,0%	0,0%
Diferenciação das participações nas quais é esperado ganho de capital e aquelas detidas por razões estratégicas e de relacionamento	0,0%	22,2%
Descrição das políticas de contabilização e de avaliação das participações societárias, incluindo metodologia, premissas e práticas utilizadas na avaliação, bem como explicação acerca de eventuais mudanças significativas nestas políticas	90,0%	44,4%
Valor contábil das participações societárias	80,0%	44,4%
Respectivo valor justo das participações societárias	40,0%	11,1%
Comparação, para os títulos negociados em bolsa, com o correspondente preço cotado no mercado quando o preço de mercado for materialmente diferente do valor justo	40,0%	0,0%
Natureza das participações societárias, segmentando as de capital aberto e fechado	50,0%	22,2%
Valor do requerimento de capital relativo às participações societárias	60,0%	11,1%
Segregação do capital requerido por categorias de participações, segundo critério estabelecido pela própria instituição	10,0%	11,1%
Valor total, no trimestre, dos ganhos ou perdas decorrentes de venda ou liquidação de participações societárias (a)	50,0%	22,2%
Valor total de ganhos ou perdas não realizados, mas reconhecidos (b)	50,0%	0,0%

Valor total de ganhos ou perdas não realizados e não reconhecidos	40,0%	0,0%
Valores referentes aos itens (a) e (b) considerados na apuração do Capital Principal	30,0%	0,0%

Fonte: criado pela autora a partir da análise da pesquisa

A Tabela 3 apresenta a média de divulgação dos bancos segregados nos dois grupos, conforme o porte da instituição. Nota-se que, apesar dos bancos de maior porte terem níveis de divulgação superior aos dos bancos de menor porte para quase todos os itens, o único item em que essa relação foi contrária diz respeito às razões pelas quais a instituição financeira detém suas participações societárias.

Os 10 maiores bancos em ativos divulgaram, juntos, 46,2% dos itens e os 10 menores evidenciam somente 14,8% conjuntamente.

Esse resultado confirma a afirmação de Verrechia (2001) apud Dantas (2010) de que os bancos de maior porte tendem a ser mais transparentes, pelo fato de seus custos de evidenciação serem menores.

Nenhum dos 10 bancos com maior volume de ativos divulgou aspectos qualitativos sobre o exigido no inciso I do artigo 14º da Circular Bacen nº 3.678/2013. Seria de se analisar os fatores para tal deficiência no *disclosure* dessas instituições, tendo em vista a relevância das participações societárias nos resultados e negócios dos bancos, e a evidenciação do papel que essas participações exercem nas instituições financeiras.

Tabela 4: Percentual de divulgação por instituição financeira constante na Tabela 1 (exceto instituição excluída)

Instituição Financeira	Informações Apêndice A
Banco do Brasil	46,2%
Itaú	76,9%
Caixa Econômica Federal	30,8%
Bradesco	23,1%
BNDES	53,8%
Santander	15,4%
BTG Pactual	0,0%
HSBC	76,9%
Safra	53,8%
Votorantim	84,6%
Citibank	0,0%
Banrisul	50,0%
Banco do Nordeste do Brasil*	n/a
Credit Suisse	15,4%

BNP Paribas	58,3%
JP Morgan Chase	0,0%
Banco Cooperativo Sicredi	0,0%
Societe Generale	0,0%
Bancoob	15,4%
Pan	0,0%

Fonte: criado pela autora a partir da análise da pesquisa

Como observado na Tabela 4, o banco com melhor nível de divulgação sobre os itens requeridos pelo Bacen é o Banco Votorantim, com 84,6% do total, seguido pelo Banco Itaú e pelo HSBC, ambos com 76,9% e, em terceiro lugar, classificou-se o banco BNP Paribas, com divulgação de 58,3% dos itens exigidos.

Observou-se, também, que seis bancos da amostra não divulgam qualquer informação sobre o tema, são eles: BTG Pactual, Citibank, JP Morgan Chase, Banco Cooperativo Sicredi, Societe Generale e Banco Pan.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gerenciamento de riscos não é um assunto novo, porém, ganhou grande relevância em decorrência das crises financeiras e dos escândalos corporativos ocorridos nos últimos anos, principalmente nos Estados Unidos. O CSBB vem aprimorando a regulação do tema, buscando proteger as próprias instituições financeiras e a sociedade de uma alavancagem excessiva dos bancos e consequente crise sistêmica.

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se o trabalho de Dantas et al (2010), que buscou analisar o nível de evidenciação sobre o risco de crédito, enquanto este busca saber sobre os investimentos em participações societárias de bancos no Brasil.

O objetivo dessa pesquisa foi analisar o nível de divulgação acerca das participações societárias dos 20 maiores bancos em relação ao total de ativos que atuam no Brasil, conforme apresentado pelo Bacen no relatório ‘Dados Seleccionados de Entidades Supervisionadas – IF.data’, com data-base de 30 de junho de 2016, utilizando o método comparativo.

Complementarmente, a análise foi segregada conforme o porte da instituição financeira (10 maiores e 10 menores em ativos), para identificar as diferenças significativas encontradas no nível de evidenciação, que apresentou uma diferença de 31,4 p.p. entre o nível de divulgação dos 10 maiores bancos, com 46,2% e os 10 menores com 14,8% apenas.

Porém, mesmo com essa diferença, evidencia-se que o percentual de divulgação dos maiores bancos brasileiros pode ser considerado baixo, tendo em vista que o conjunto não apresenta nem metade dos itens requeridos pela Circular, considerando que esses bancos juntos representam 88,7% do total de ativos dos bancos constantes do relatório do Bacen.

O nível de divulgação acerca das participações societárias dos 20 maiores bancos no Brasil pode ser considerado baixo, tendo em vista que, juntos, esses bancos representam 93,7% dos ativos totais do relatório com 133 instituições financeiras, alcançando apenas 31,4% de aderência ao exigido pelo órgão regulador.

Diante dos baixos resultados encontrados sobre a divulgação das informações requeridas no Pilar 3, onde verificou-se que nenhuma instituição da amostra evidencia todos os itens exigidos, conclui-se que ainda há um longo caminho a percorrer no processo de transparência dos bancos brasileiros.

Nesse contexto, verificou-se que um dos itens menos divulgados refere-se às razões pelas quais os bancos detêm suas participações societárias, limitando a análise do ponto de vista estratégico do conglomerado pelos *stakeholders*.

Como proposta, seria interessante analisar se os bancos que tiveram problemas nas crises financeiras estavam adequados à regulamentação vigente na época, ou se mesmo enquadrados, seriam impactados, pois as regras que não estavam adequadas.

Além disso, seria interessante uma pesquisa acerca dos determinantes do baixo índice de divulgação identificado em alguns itens da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. **Basiléia III: novos desafios para a adequação da regulação bancária.**

Disponível em: <[http://portal.anbima.com.br/informacoes-](http://portal.anbima.com.br/informacoes-tecnicas/estudos/perspectivas/Documents/Perspectivas%20ANBIMA%20Basileia%20III.pdf)

[tecnicas/estudos/perspectivas/Documents/Perspectivas%20ANBIMA%20Basileia%20III.pdf](http://portal.anbima.com.br/informacoes-tecnicas/estudos/perspectivas/Documents/Perspectivas%20ANBIMA%20Basileia%20III.pdf)>

. Acesso em: 08 nov. 2016.

_____. **Basiléia III no Brasil.** Disponível em:

<http://www.anbima.com.br/informe_legislacao/2013_015.asp#tit2_11>. Acesso em: 08 nov. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Circular nº 3.678, de 31 de outubro de 2013.**

Dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR). Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2013/pdf/circ_3678_v1_O.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016a.

_____. **Dados Selecionados de Entidades Supervisionadas.** Balancetes processados até 30 de agosto de 2016. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/informes/?wicket:interface=:0:1:::>>. Acesso em: 03 nov. 2016b.

_____. **Recomendações de Basileia.** Disponível em:

<<https://www.bcb.gov.br/fis/supervisao/basileia.asp>>. Acesso em: 03 nov. 2016c.

_____. **Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994.** Aprova Regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&data=1994&numero=2099>>. Acesso em: 30 out. 2016d.

BANCO DO BRASIL. **Análise do Desempenho 4T07.** Disponível em:

<<http://www.bb.com.br/portalbb/page51,136,3696,0,0,1,8.bb?codigoNoticia=7724>> Acesso em: 04 nov. 2016

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). **Basel Committee on Banking Supervision (BCBS)**. Enhancing Bank Transparency: public disclosure and supervisory information that promote safety and soundness in banking systems. Basel: BIS, 1998. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbsca.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2016

_____. **Hagel Convention**. Press & Communications. Disponível em: <<https://www.bis.org/about/basictexts-en.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

_____. **História sobre o BIS e o BCBS**. History – overview. Disponível em: <<http://www.bis.org/about/history.htm?m=1|4>>. Acesso em 01 nov. 2016.

BORGES, B. M. **Desempenho, Governança Corporativa e Origem de Capital dos Bancos no Brasil**. Dissertação de mestrado em Finanças; Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, Mai.2010.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DANTAS, J. A. et. al. **Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros**. *Revista Contabilidade & Finanças*, USP, São Paulo, v. 21, n. 52, 2010.

DOORNIK, B. F. N. V. et al. **Transparência das demonstrações contábeis após o acordo de Basileia 2**: um estudo temporal dos 10 maiores bancos do país. ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007 apud DANTAS, J. A. et. al. **Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros**. *Revista Contabilidade & Finanças*, USP, São Paulo, v. 21, n. 52, 2010.

EVANS, Trevor. **Cinco explicações para a crise financeira internacional**. Brasília; *Revista Tempo do Mundo*, volume 3, n. 1, IPEA, abr.2011.

FERNANDES, Cláudio. **Crise de 1929**. Disponível em: <<http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/crisede29.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

FRANCISCO J R S., et al. **Governança Corporativa – Agregação de Valor no Banco do Brasil s.a. SEGeT – Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia**, 2009 apud SOARES, Felipe Caruso. **Análise do nível de disclosure das remunerações dos gestores dos cinco maiores bancos do Brasil a partir das recomendações do comitê de Basileia**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) - USP. Ribeirão Preto, 2011.

MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva e KELLY, Vera Lúcia de Aguiar. **Gerenciamento de Resultados em Instituições Financeiras no Brasil: uma análise com base em provisões para crédito de liquidação duvidosa.** *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, UFPB, João Pessoa, v. 4, n. 2, 2016.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; MAIA, Geraldo e MARIANO, Jefferson. **O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo.** *Revista Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 19, n. 2, 2008.

SOARES, Felipe Caruso. **Análise do nível de *disclosure* das remunerações dos gestores dos cinco maiores bancos do Brasil a partir das recomendações do comitê de Basileia.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) - USP. Ribeirão Preto, 2011.

VERRECCHIA, R. E. **Essays on disclosure.** *Journal of Accounting and Economics*, n. 32, p. 97-180, 2001 apud DANTAS, J. A. et. al. **Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros.** *Revista Contabilidade & Finanças*, USP, São Paulo, v. 21, n. 52, 2010.

APÊNDICE A – INFORMAÇÕES REQUERIDAS – POR INSTITUIÇÃO

Item requerido	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Descrição sucinta das políticas e metodologias de mensuração do risco do investimento em participações societárias	S	S	S	S	S	N	N	N	N	S	N	N	n/a	N	N	N	N	N	N	N
Diferenciação das participações nas quais é esperado ganho de capital e aquelas detidas por razões estratégicas e de relacionamento	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	n/a	N	S	N	N	N	N	N
Descrição das políticas de contabilização e de avaliação das participações societárias, incluindo metodologia, premissas e práticas utilizadas na avaliação, bem como explicação acerca de eventuais mudanças significativas nestas políticas	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	N	S	n/a	S	S	N	N	N	S	N
Valor contábil das participações societárias	S	S	S	S	N	S	N	S	S	S	N	S	n/a	S	S	N	N	N	S	N
Respectivo valor justo das participações societárias	N	S	N	N	N	N	N	S	S	S	N	S	n/a	N	N	N	N	N	N	N
Comparação, para os títulos negociados em bolsa, com o correspondente preço cotado no mercado quando o preço de mercado for materialmente diferente do valor justo	N	S	N	N	N	N	N	S	S	S	N	n/a	n/a	N	n/a	N	N	N	N	N
Natureza das participações societárias, segmentando as de capital aberto e fechado	N	S	S	N	N	N	N	S	S	S	N	S	n/a	N	S	N	N	N	N	N
Valor do requerimento de capital relativo às participações societárias	S	S	N	N	S	N	N	S	S	S	N	N	n/a	N	S	N	N	N	N	N
Segregação do capital requerido por categorias de participações, segundo critério estabelecido pela própria instituição	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	n/a	N	S	N	N	N	N	N
Valor total, no trimestre, dos ganhos ou perdas decorrentes de venda ou liquidação de participações societárias (a)	N	S	N	N	S	N	N	S	S	S	N	S	n/a	N	S	N	N	N	N	N
Valor total de ganhos ou perdas não realizados, mas reconhecidos (b)	S	S	N	N	S	N	N	S	N	S	N	N	n/a	N	N	N	N	N	N	N
Valor total de ganhos ou perdas não realizados e não reconhecidos	N	S	N	N	S	N	N	S	N	S	N	N	n/a	N	N	N	N	N	N	N
Valores referentes aos itens (a) e (b) considerados na apuração do Capital Principal	N	N	N	N	S	N	N	S	N	S	N	N	n/a	N	N	N	N	N	N	N

Fonte: criado pela autora a partir da análise da pesquisa